



FICHA LIMPA DE NOVO

Nucleos passa, mais uma vez, pelo crivo da fiscalização federal: Previc finaliza ação sem a constatação de irregularidades da atual gestão.



A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, órgão federal de fiscalização dos fundos de pensão do País, executou ação fiscal de rotina no Nucleos durante todo o mês de outubro de 2012, abrangendo os exercícios de 2010, 2011 e 2012. O resultado da fiscalização, recebido no último dia 09, foi o mesmo do ano passado: não foram identificadas quaisquer irregularidades na atual gestão, o que é motivo de orgulho tanto para os diretores e os conselheiros como para todo o corpo funcional do Instituto.

Ficou apenas consignado – pelos auditores fiscais da Receita Federal do Brasil – que a atual administração procure, se possível, alternativa para se desfazer da parcela excedente do investimento que foi realizado na CRT – Concessionária Rio-Teresópolis no ano de 2003, uma vez que tal investimento encontra-se desenquadrado dos limites legais autorizados.

ENTENDA O CASO DA CRT

No ano de 2003, os então membros da Diretoria Executiva adquiriram 100% das cotas de um fundo de investimento destinado à participação na Concessionária Rio-Teresópolis, à época no valor de R\$ 10.317.201,00. Hoje, atualizado, o fundo vale R\$ 24.711.357,93. Contudo, o limite legal autorizado para tal tipo de investimento era, e ainda é, de no máximo 25% das cotas, ou seja, equivalente a somente um quarto do que foi adquirido.

Os dirigentes do Nucleos naquele período foram autuados pela então Secretaria de Previdência Complementar – SPC, órgão federal anterior de fiscalização à atual Previc, por não terem observado o limite estipulado na legislação. Na sequência, foram condenados administrativamente pela SPC e multados, cada um, no valor de R\$ 20.000,00.

Com a mudança da direção do Nucleos, a partir de agosto de 2005, todas as gestões, desde então, têm promovido leilões semestrais para tentar vender a parte excedente do investimento, de forma a enquadrá-lo nos limites da lei. Infelizmente, porém, não há interessados na compra. E a concessão da rodovia vai até o ano de 2021.

Embora hoje não seja um mau negócio do ponto de vista exclusivamente financeiro, o fato é que o Nucleos está desenquadrado neste segmento de investimento – muito além do limite legal permitido. Por isso, sua atual Diretoria Executiva continuará a perseguir uma solução técnica adequada para o problema.